

A raposa e o porco-espinho

NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS NÃO DEVEM PERDER DE VISTA A GRANDE ESTRATÉGIA DO BRASIL

MARCELO DE PAIVA ABREU

Poucos fragmentos do mundo grego terão sido mais influentes do que a curta frase de Archilochus, poeta-soldado cuja reputação no seu tempo só era superada pela de Homero: "A raposa conhece muitas artimanhas, o porco-espinho só uma sólida artimanha." Isaiah Berlin escreveu um memorável ensaio sobre Tolstoi, a raposa, e Dostoievski, o porco-espinho. Em seu último livro, Stephen Jay Gould retomou o tema com interesse concentrado na convergência entre as abordagens das ciências humanas e das ciências naturais. Na sua versão mais programática o mote assume forma: "A raposa formula muitas estratégias; o porco-espinho sabe uma grande e eficaz estratégia." Muita tinta foi gasta na tentativa de justificar a preponderância ou de uma estratégia principal, com muita inércia, ou de estratégias mais flexíveis que procurassem explorar da melhor forma possível as mudanças das condições de contorno. Este enfoque não parece útil: em geral há espaço para estratégias vulpinas que criem condições para que seja possível alcançar os objetivos da grande estratégia.

A aplicação do mote ao que se passa hoje no Brasil tem interesse pedagógico. Com boa vontade é possível vislumbrar uma grande estratégia como pano de fundo das ações do governo. O cerne do projeto é o reencontro de uma trajetória de desenvolvimento sustentado, combinado à concentração de gastos destinados a reduzir as iniquidades sociais que tornaram o País tristemente famoso. A estes objetivos históricos do Partido dos Trabalhadores se somaram, mais recentemente, condicionantes de natureza econômico-financeira baseadas no diagnóstico de que manter consistência macroeconômica é condição necessária para que sejam alcançados os objetivos de crescimento e de política social. A volta ao crescimento sustentado depende de estímulos macroeconômicos adequados, entre eles o acesso a novos mercados de exportação e o aumento da eficiência dos produtores domésticos promovido pela redução da proteção.

Mas, em meio a tentativas de atribuição de culpas pelo fiasco de Cancún, e até mesmo quanto a quem teria provocado o enfezado artigo de Robert Zoellick sobre a postura brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC), uma omissão é notável. Não houve nenhuma menção ao fato de que uma negociação bem-sucedida em Cancún seguramente teria de envolver, ao fim da Rodada de Doha, significativa redução adicional das tarifas industriais brasileiras. Dadas as manifestações públicas de altos funcionários do Itamaraty quanto à inconveniência do aprofundamento da abertura do mercado brasileiro, cabem dúvidas quanto à real posição do governo brasileiro sobre o assunto no quadro da Rodada de Doha. Estaria o governo de fato disposto, caso fossem melhoradas as medíocres

propostas agrícolas de Estados Unidos e União Européia, a promover a abertura adicional do mercado brasileiro? Ou o encanto da diplomacia econômica com as coalizões obstrucionistas na OMC teria como justificativa não desprezível um ranço protecionista buscando esconder-se atrás do entusiasmo com o fair trade agrícola? O Brasil foi matreiro em Cancún. Teve atuação destacada na orquestração da resistência à coalizão de fato entre Estados Unidos e União Européia na defesa de barreiras protecionistas na agricultura. Mas, embora haja entusiasmo em Brasília quanto a uma política externa ativa, não é obrigatório que política ativa deixe de obter resultados concretos: o ideal é ser ativo e, ao mesmo tempo, produzir resultados concretos. De qualquer modo, comemorar o fiasco de Cancún mostra os limites do compromisso com a liberalização. Lá e cá.

O lugar comum "nenhum resultado é melhor do que um resultado ruim" tem sido mencionado ad nauseam, em geral em contexto de explicação autocongratatória. É uma frase de efeito que carece de sentido sem que se especifique o quanto tardará para que se obtenha resultado que não seja ruim. Há cenários em que a frase é certamente equivocada. Por exemplo, se o fiasco de Cancún provocar o enfraquecimento permanente da OMC, "nenhum resultado" pode significar sérios prejuízos para países, como o Brasil, que perderiam as vantagens de um sistema multilateral. de solução de controvérsias.

O formato do G-23 sempre pareceu intrigante para os que, baseados na História, julgam que agendas positivas são condição necessária para a sobrevivência de coalizões. Sob outros pontos de vista, a organização do grupo parece contraproducente, dados os objetivos de seus principais membros. Por exemplo, uma característica comum a três dos principais integrantes do G-23 - Brasil, Índia, África do Sul - é a postulação de um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas expandido. É extremamente improvável que a expansão do Conselho de Segurança nas bases pretendidas pelos três países, inclusive o Brasil, se tenha agora tornado mais popular em Washington. Talvez este possa ser o único resultado a comemorar como consequência de Cancún: o enterro de uma dispendiosa fixação da atual diplomacia brasileira.

A próxima reunião da ALCA, em novembro, será um novo teste para avaliar quão comprometida estará a política econômica externa com a grande estratégia do governo. A catimba da raposa não pode chegar ao ponto de criar embaraços para a grande estratégia.

Marcelo de Paiva Abreu é professor, em licença sabática, do Departamento de Economia da PUC-Rio